



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 2.<sup>a</sup> COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 9 DE JULHO DE 2013

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Guilherme Octaviano

**Secretário:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 20 minutos.

A 2.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente auscultou O Sr. Ministro do Comércio, Indústria e Turismo (Demóstenes Pires do Santos), sobre o caso do arroz, visto que foram enviados pela Firma Modelo Alimentar Neves Lda. um conjunto de documentos a Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia.

Fizeram uso da palavra, além do Sr. Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, os Srs. Deputados Octávio Boa Morte (ADI), Maria das Neves

(MLSTP/PSD), José Diogo (ADI), Xavier Mendes (PCD), Alexandre Guadalupe (ADI), Hélder Paquete (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Gil Costa (PCD), Martinho Domingos (ADI), Isabel Domingos (ADI), Roberto Lombá, António Ramos (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião quando eram 11 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 9 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Alexandre** da Conceição **Guadalupe**  
**José** da Graça **Diogo**  
**Octávio** Costa de **Boa Morte** Fernandes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe / Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**Dionísio Fernandes** Leopoldino  
**Guilherme Octaviano** Viegas dos Ramos  
**Maria das Neves** Ceita Batista de Sousa  
Manuel da Cruz **Marçal Lima**

Partido de Convergência Democrática (PCD)

**Gil Costa**

O Sr. **Presidente**: — Cumprindo o objectivo do nosso trabalho, se não houver inconveniência queria propor para que déssemos início aos nossos trabalhos. Srs. Deputados, precisamos de um voluntário para relator desta sessão de trabalho. Fica o Sr. Deputado Xavier Mendes?

O Sr. **Xavier Mendes** (ADI): — Sr. Presidente, vou ter que me ausentar, por isso não me é possível.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Xavier Mendes diz que ele terá que se ausentar posteriormente, portanto acha que não estará cá até o final. Srs. Deputados, temos outro voluntário que é o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe, não há nenhuma inconveniência?

Srs. Deputados, gostaríamos de dar boas vindas ao Sr. Ministro do Comércio e dizer que o objectivo da nossa reunião hoje é acerca de um documento que foi apresentado a Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional e ele remeteu a 2.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente para conhecimento e fins julgados pertinentes.

Nós a nível da nossa Comissão, Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, achamos pertinente conhecer com mais detalhes a questão ligada a importação do arroz. E para isso os Srs. Deputados não queriam avançar sem ter mais elementos.

Para efeito queria informar ao Sr. Ministro que a nossa sessão está a ser gravada, como uma peça assessorial importante para qualquer dúvida e por outro lado gostaria de lhe informar que a nossa função, de acordo com o Regimento da Assembleia, no seu artigo 17.º Poderes dos Deputados, alínea k) diz:

«*Requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos e as informações que considerem úteis para o exercício do seu mandato, assim como publicações oficiais que obedeçam ao referido critério*»

Posto isso, gostaríamos de ouvir o Sr. Ministro sobre a trajectória de importação desse arroz que tem sido muito badalada, se é o termo, e obter algumas informações. Não sei, em termos estatísticos o que representa arroz em termo de produto alimentar, se é primeiro, segundo, além de banana prata, de consumo interno. Gostaríamos que o Sr. Ministro nos brindasse com alguma informação.

Acho que adoptaríamos esse método, ouvíamos o Sr. Ministro e depois colocávamos algumas dúvidas, questões, observações, que ao nível da nossa Comissão ou outro Sr. Deputado queira pôr. Para efeito convidaria o Sr. Ministro do Comércio para...

Há um ponto de ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, bom dia. Queria sugerir ao Sr. Presidente que de acordo com as explicações enviadas pelo importador a Mesa da Assembleia, penso que seria de bom-tom que fosse lida essa nota, talvez isso poderia facilitar o Sr. Ministro nas suas explicações e algumas questões que os deputados poderão vir a colocar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, bom dia. Para reagir a proposta do Sr. Deputado Octávio Boa Morte, tendo em conta que está na nossa posse a versão do importador, julgo que não se devia influenciar o Sr. Ministro com o conteúdo daquilo que o importador nos proporcionou. Devíamos ouvir primeiro a versão do Sr. Ministro para vermos até que ponto esta versão confere com a que já se tem, no sentido de podermos ter maior margem de manobra para avaliarmos a situação.

Se começamos já a dar ao Sr. Ministro o conhecimento daquilo que o importador nos disse perderemos uma parte, se calhar, daquilo que a gente pretende ouvir do Sr. Ministro. Por isso, sugeria que ouvíssemos a versão do Sr. Ministro. Temos em mão a versão do importador, teremos depois a oportunidade de ouvir também o importador para depois termos como fazer a nossa apreciação.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de ouvir mais reacções para que pudéssemos avançar, há duas propostas. Como já temos o documento em mãos há mais de uma semana com a nota explicativa, a mesma tem três páginas, frente e verso e segundo a Sra. Deputada Maria das Neves poderíamos ouvir o Sr. Ministro para que a partir daí tirássemos as nossas ilações, porque ainda teremos a ocasião de ouvir o importador.

Então Srs. Deputados, podemos passar palavra ao Sr. Ministro?

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Com duas propostas, é necessário chegar-se a um consenso.

O Sr. **Presidente**: — Acho que já é consensual.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, neste caso retiro a minha proposta para avançarmos.

O Sr. **Presidente**: — Neste caso Sr. Ministro, por favor, tem a palavra.

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo** (Demóstenes Pires do Santos): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Apesar da proposta ter sido retirada creio que grande parte das informações fazem parte do documento que os Srs. Deputados têm, mas no entanto vou cuidadosamente pegar no início do processo, se assim posso chamar, que teve início com uma autorização do Conselho de Ministros que dava indicações para abertura de um concurso para contratação de uma empresa para o fornecimento do arroz ao país.

A quando da tomada de posse deste Governo constatamos que estávamos a beira de rotura de *stock* do donativo do Japão, não obstante os dados estatísticos, tínhamos a certeza que poderiam existir produtos no mercado que aguentasse um certo tempo, dois a três meses.

Mas, o Governo numa questão de diligência e necessidade de ter a garantia que o produto básico, que é o arroz, rapidamente fizemos os contactos junto da embaixada do Japão para utilização do fundo de contrapartida, para financiar esta operação tendo em conta que o Estado não tem recursos financeiros para tal. E o Estado também não pode concorrer com os comerciantes importando o arroz, portanto, havia uma necessidade mesmo de os privados intervirem.

Foi no dia 8 de Janeiro de 2013 que se deu início ao processo. No dia 16 deu-se abertura do concurso público, como tecnicamente sabia-se que os preceitos da Lei 8 dá indicação de que o *time* do concurso são de 30 a 45 dias, só após esse período podia-se passar para a fase de contratação, etc. Não era possível, 45 dias seria o suficiente para não termos o produto no mercado, então administrativamente solicitou-se a COCIL uma permissão para, se na modalidade permitida por lei que é um regime excepcional, está na Lei 8 o Governo contratar empresas interessadas para fornecerem o produto.

Lançou-se então o concurso, enviou-se convite a todas as empresas importadoras do arroz em São Tomé, todas como quem diz, a maior parte, aquelas que têm possibilidade de importação, dando as características do produto que queríamos. A COCIL solicitou-nos uma nota explicativa da utilização desse regime, enviamos a nota explicativa a COCIL e ela autorizou-nos a utilização desse regime. Autorizando essa utilização convocou-se as empresas e pedimos a elas que apresentassem as propostas. Eram oito empresas, mas só três responderam a solicitação e apresentaram a propostas do seu preço para o fornecimento de 3000 toneladas de arroz ao mercado.

Constituiu-se uma comissão, também prevista na lei, para tratar da questão do concurso, uma comissão técnica, o GEL, também vem nos preceitos da Lei 8. Abriu-se a proposta perante os concorrentes, eram apenas três firmas; a DFL, Modelo Alimentar e *Cash & Carry*.

Das propostas apresentada o melhor preço foi da Firma Modelo, isto é, com um preço mais baixo em relação a *Cash & Carry* e a Firma DFL. Tecnicamente, avançou-se com o processo a ponto de não se assinar o contrato na devida altura dado que o Estado ainda não tinha o aval para utilização da verba. Não se podia fazer um contrato sem que o Estado tivesse a garantia de financiamento.

É um processo que demorou meses, enquanto o processo andava entravamos numa escassez de arroz no mercado. A firma vencedora reclamou por documento que não se assinava o contrato e respondemos

que não assinamos justamente porque ainda não tínhamos a verba para o financiamento da operação. Passou mais um certo tempo até que estávamos mesmo a beira da rotura. Quando tivemos quase aceitação da parte Japonesa para financiar a operação já não tínhamos o arroz no mercado e a firma vencedora propôs ao Governo e o Governo aceitou a importação de 900 toneladas na sub-região aqui perto, Camarões. Desencadeou-se então o processo de importação das 900 toneladas para abastecimento pontual do mercado enquanto o processo de 3000 toneladas estivesse em curso.

Fez-se a operação junto das Finanças e chegou o arroz ao país. Como sabem, quando um navio chega ao país tem as autoridades que tratam das autorizações; o CIAT, as Alfândega, Saúde, Guarda-fiscal e outras instituições. Autorizaram o produto entrar no mercado, entrou os comerciantes adquiriram o produto e puseram a disposição e para o meu espanto, como quem diz, tive conhecimento através dos órgãos de comunicação social que o partido da oposição interpôs uma queixa contra o ministro e a empresa que adquiriu o produto, reclamando de que o produto não estava em condições. Há instituições próprias para o efeito e elas tinham que contestar ou não essa afirmação, fez-se.

Já tínhamos solicitado uma análise ao CIAT que é a instituição que trata disso, quando recebemos o resultado foi um resultado inconclusivo, porque não diz se o produto é ou não próprio para o consumo, se rejeita-se o produto, e remeteu a responsabilidade a outra instituição que é a Saúde Pública, que tinha que se pronunciar sobre isso ou não. Mas, o certo é que o CIAT dizia que não é conclusivo porque faltava algumas condições no que toca a alguns parâmetros a ser analisados.

Com isso, o Governo tomou a diligência urgente de solicitar outras análises a outros laboratórios na Europa, comparativamente com o nosso podem apresentar mais fiabilidade e ter melhores condições, fez-se isso e desencadeou toda essa polémica a volta do arroz. Enquanto Ministro respondo pela parte do Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, em momento algum,... a química é uma ciência exacta, não se pode dizer que fez a análise e não se chegou a uma conclusão. Ou é bom para o consumo ou não é, deixaram um vazio.

Então, o Governo tinha que ir buscar uma solução e mandou-se fazer outras análises e as coisas todas foram desencadeadas nesse sentido. As análises chegaram, duas com resultados que fazem menção de que o arroz é consumível por humano, outra que faz menção, passo a citar: «...somos de opinião, salvo a opinião em contrário que o arroz não seja introduzido no mercado» deixa-nos também numa situação em aberto, ou é ou não é.

Não obstante se ter essas análises em mão submeti a outras instâncias para parecer; o CIAT, a Polícia Económica e a Saúde Pública. O ponto da situação é que até o presente momento a situação é essa.

**O Sr. Presidente:** — Acabamos de ouvir a explicação que o Sr. Ministro deu, mas antes de continuar o Sr. Deputado José Diogo tem uma questão a levantar.

**O Sr. José Diogo (ADI):** — Sr. Ministro, gostaria de pedi-lo que repetisse o resultado das análises, porque o primeiro não percebi.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Ministro, na primeira questão que acabou de dizer não se percebia correctamente, e então agradecemos que o Sr. Ministro esclarecesse porque não foi audível.

**O Sr. Ministro do Comércio, Indústria e Turismo:** — Temos aqui «resultados de acordo com a legislação aplicável, excepto para determinações de grão amarelo, manchado ou ambarinos de trincas miúdas de acordo com o Decreto-Lei n.º62/2002 para as características de classificação de arroz comum».

Uma explicação detalhada desse processo diz-nos que estamos perante uma legislação comparativa da União Europeia que é o laboratório onde se fez as análises. Em Portugal não se consome arroz partidos ou amarelo, excepto os grãos amarelos, manchados, trincas miúdas para classificação arroz é comum, este é o primeiro resultado.

Temos o outro que apresenta isso, «quem se calhar faz melhor as análises seriam os químicos, os parâmetros estão todos abaixo daquilo que é a norma», portanto nem que era aceitável. Temos o outro que apresenta todas as análises, isso é parte química, mas vou ler apenas a conclusão:

«...Face ao exposto e tendo em conta o resultado desse produto, tipo de toxina produzida pelo asperlinques, flavos, parece-nos, salvo melhor opinião, que o arroz em causa não deveria ser colocado no mercado». Portanto, eles também são inconclusivos, é isso que diz as análises.

Mesmo perante essas análises todas submetemos as instâncias locais para apreciação, em termo daquilo que seria a opinião final das instituições.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, ouviram a explicação que o Sr. Ministro deu sobre a questão do arroz, desde que o processo foi desencadeado a 8 de Janeiro do corrente ano, o processo do concurso, as firmas concorrentes até a importação do produto em si.

O produto importado e posto no País verificou-se a qualidade deste mesmo produto que originou análise de diferentes laboratórios. Independentemente do CIAT que é o nosso laboratório ligado ao Ministério da Agricultura, solicitou-se a dois laboratórios, se bem me apercebi, a nível da Europa,...

**Uma Voz:** — Três, dois na Europa e um em África.

O Sr. **Presidente:** — Ah, dois na Europa, um na África, três na totalidade. Segundo o Sr. Ministro um diz que pode ser consumido, outro não é conclusivo, parece que deixou o Governo ainda em dúvida, mas o terceiro dizia mesmo que não era desejável que fosse consumido.

Face a essas questões gostaria de perguntar aos Srs. Deputados se têm alguma dúvida, observação a fazer tendo em conta que temos cá o Sr. Ministro do Comércio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Gostaria de ouvir o terceiro resultado, só ouvi dois. Qual é a conclusão do terceiro?

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo:** — São três resultados.

O Sr. **Presidente:** — Dois na Europa, um em África.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — E qual é a conclusão de terceiro?

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo:** — Estamos perante três resultados. O primeiro que tenho cá, é de um laboratório de biologia medicina do Ministério da Saúde Pública dos Camarões onde enviamos uma amostra para análise e eles enviam-nos o resultados desses moldes. Número daquilo que foi identificado e as normas daquilo que é normal consumir. Perante o que temos cá, os números daquilo que identificaram no arroz está abaixo da norma, isto quer dizer que está dentro da norma, ultrapassar a norma é que seria impróprio. Depois temos o outro resultado que...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro, para clarificar bem. O primeiro resultado é dos Camarões?

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo:** — Exacto.

O Sr. **Presidente:** — Segundo eles...

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo:** — Tudo o que se encontrou no arroz está abaixo daquilo que é norma aceitável para o consumo, entende-se que é consumível, isto a olho. Mas, no entanto, submetendo essas análises as instâncias para parecer, são os químicos e biólogos que entendem melhor disso.

Temos outro resultado que também traz a análise do laboratório com os parâmetros químicos, biológicos, etc., mas no entanto traz um relatório descrito, que não vou ler todo, vou directo para a conclusão,...

**Uma Voz:** — De onde é este que o Sr. Ministro está a ler?

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo:** — Este veio de Portugal que diz: «...parece-nos, salvo melhor opinião, que o arroz em causa não deveria ser colocado no mercado», depois temos um outro de um laboratório credenciado pela União Europeia que diz: «...de acordo com a legislação o produto é classificado como um arroz comum, consumível, salvo os grãos amarelos, manchados ou amborinos e trincas miúdas». Pedimos uma explicação desses detalhes disseram que grão amarelos são aqueles arroz que vêm num lote, aqui consumimos normalmente, em Portugal o arroz lá é branquinho tanto é que quase não se lava o arroz, portanto o produto é classificado como arroz comum, consumível.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, de acordo com a explicação dada pelo Sr. Ministro, gostaria que o Sr. Ministro pudesse dizer o nome das empresas ou entidades que efectuaram os exames na Europa e o nome da empresa que efectuou nos Camarões.

Mas, antes de me dar a resposta só queria levantar uma questão. Apesar de ser do meu conhecimento que qualquer peste, como se diz, doença que tenha passado no País que os nossos técnicos cá não conseguem descobrir a tempo e hora para que possam diagnosticar bem, tem-se remetido, parece-me, para os Camarões. Parece que há um acordo que se tem pedido lá e eles têm-nos ajudado nesse aspecto.

Mas, vejo aqui, não sei, talvez, a preocupação que o Governo teve, sabendo que compramos arroz de Camarões não fazia sentido pedirmos lá que fizesse essa análise, porque desconfiava-se a primeira. É lá onde foi importado o arroz, de maneira nenhuma eles não iriam prejudicar uma empresa deles. Acho que devemos nos acautelar quando casos desses vierem a acontecer no futuro.

Quanto a nome, depois que o Sr. Ministro nos brindar com o nome das duas empresas tomarei a palavra para outras questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Gostaria, se houvesse disponibilidade, que o Sr. Ministro nos fornecesse as cópias das análises.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Ministro, gostaria de saber a justificação do Governo para escolher esse regime de contrato excepcional. Pelo que eu saiba esse regime tem também outras modalidades. Se for possível agradecia que nos fornecesse o documento que autoriza esse regime, o pedido de autorização a COCIL e a autorização da COCIL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, bom dia. Sr. Ministro, as 900 toneladas de arroz fazem parte das 3000 toneladas ou não?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é só um pedido de esclarecimento para melhor orientar essa audição.

Tivemos conhecimento, espero que as pessoas não interpretem mal, são regras e tem sido prática, isso não é excluir ninguém. Todos os deputados cá podem intervir, mas penso que há poderes que são atribuídos a deputados efectivos.

Há bocado o Sr. Deputado Hélder Paquete, na minha situação também de suplente, usou da palavra, pode intervir, mas solicitou directamente alguns documentos que creio que só os deputados efectivos podem fazê-lo. É só nesse sentido para não fugirmos o que é norma.

O Sr. **Presidente**: — Tendo em conta os aspectos que foram abordados passaria a palavra o Sr. Ministro do Comércio.

O Sr. **Ministro do Comércio, Industria e Turismo**: — A primeira questão prende-se com os nomes dos laboratórios. Temos a CIENTLABOS que é um laboratório do Camarões, ASAE que uma autoridade de segurança económica de Portugal e AQUIMISIA que é um laboratório que está em Portugal certificado pela União Europeia. São esses três laboratórios que solicitamos as análises.

Quanto as cópias dos resultados ou de outro documento qualquer os Srs. Deputados sabem que têm prerrogativa na lei que pode solicitar, portanto, não há porquê não fazê-lo e não há porquê não fornecemos. É só usar os meios próprios e forneceremos todas as cópias do processo, não haverá problema nenhum.

O pedido a COCIL e a concessão da autorização pela COCIL também faz parte do processo, esses documentos estão a disposição os Srs. Deputados podem muito bem solicita-los e ter acesso as cópias.

As 900 toneladas não fazem parte das 3000 toneladas. É uma operação que podemos chamar, cirúrgica, pontual, para que não houvesse rotura do *stock* no mercado. O processo das 3000 toneladas é um processo que está em curso e não foi conclusivo ainda dado a dificuldade financeira do próprio Estado. As 900 toneladas foi uma operação do Estado, por isso é que o Estado é que tratou, recebeu, pôs o produto no mercado e hoje o valor dessa operação está na conta do Estado, se os Srs. Deputados quiserem, podem ter acesso solicitando um estrato da conta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Gostaria de ler duas cláusulas do contrato assinado entre o Governo e a Firma Modelo.

1.«O presente contrato tem por objecto fornecimento pela contratada de 3000 toneladas de arroz, branco, comprido, máximo de 5% quebrado, conforme especificado na descrição do fornecimento».

2.«O prazo da execução do contrato é de 90 dias contando a partir da assinatura do contrato na forma especificada da descrição do fornecimento».

Esse contrato foi assinado no dia 4 de Março de 2013, entretanto o mesmo contrato dizia que iriam chegar ao país 900 toneladas de arroz que faz parte, segundo a nota do próprio Sr. Ministro, nota enviada ao Ministro das Obras Públicas a pedir isenção das taxas de tráfico junto a ENAPORT e diz o seguinte:

«Tendo em conta que o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo lançou no passado dia 25 de Janeiro do corrente ano um concurso para aquisição de 3000 toneladas de arroz com objectivo de garantir o

real e regular abastecimento do mercado nacional, para se evitar uma possível rotura de stock nos armazéns, nesta primeira fase, está prevista a chegada ao país nos próximos dias de 900 toneladas de arroz».

Não concordo que as tais 900 toneladas de arroz chegadas ao país não façam parte das 3000 toneladas, a não ser que o Sr. Ministro tenha outra explicação sobre o assunto.

A segunda questão é que o contrato assinado fazia referência a arroz em que 5% é partido e chegou ao país um arroz em que 25% é partido. Qual é a explicação que se tem para esse facto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Durante a explanação do Sr. Ministro ele disse que a empresa Modelo Alimentar foi a que apresentou melhor preço, isso quer dizer o preço mais barato. Uma vez que a empresa apresentou o melhor preço porque que o arroz atingiu o preço em que está?

Do meu ponto de vista deveria ser mais barato para a população, porque uma coisa vem em sequência da outra. Gostaria que o Sr. Ministro pudesse dar mais explicação sobre essa questão. O facto de o fornecedor ter ganho o concurso por ter apresentado o melhor preço, porquê o arroz não deveria ter um preço mais módico do que esse que se lançou no mercado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Se bem entendi a explanação do Sr. Ministro, os pareceres que foram obtidos não são conclusivos e por isso o Governo continua a solicitar mais pareceres. Para que voltaram a pedir pareceres aqui internamente, se é bem isso que entendi.

Gostaria de saber o que é que o Governo pretende fazer com esse arroz, e segundo, para quando é que está prevista a chegada das 3000 toneladas de arroz?

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada Maria das Neves quer saber o que é que o Governo pretende fazer com as 900 toneladas de arroz que chegaram agora e que foram retirados do mercado. É isso?

Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo**: — Sr. Presidente, rapidamente, a nota lida pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, de facto, faz menção a um ofício enviado ao Ministério das Obras Públicas, salvo o erro, solicitando sim.

Está claro, fazem parte do processo do abastecimento do mercado; tanto as 900 toneladas como as 3000 fazem parte do processo. Nós recebemos uma nota da firma que fazia menção da impossibilidade de colocar cá o arroz há tempo.

Porque o Estado também falhou. O Estado como não tinha o valor não contratou, não obstante todo o processo do concurso ter sido realizado, ficamos no interregno até que tivéssemos a confirmação da verba. E os contactos feitos, mesmo para as outras firmas, são contactos comerciais.

Sabem que hoje nenhum comerciante internacional vai estar num entreposto com 3000 toneladas de arroz à espera que o comprador vá lá um mês no máximo. E perderam-se os contactos.

Se nós tivermos que atribuir culpas..., bem, o Estado não tinha dinheiro para pôr o dinheiro à disposição, está bom, conseguiu-se então fazer essa operação cirúrgica das 900 toneladas aqui da nossa costa africana para abastecer pontualmente.

Portanto, as 3000 toneladas ainda estão contratadas, estão a caminho, aí sim, serão 5% brancos, conforme está no contrato. As 900 toneladas são de arroz de 25%, é o que havia disponível no mercado, quando se foi a Camarões fazer a compra e era o que estava disponível em termos de valores monetários para ter a possibilidade de o País comprar.

Então fez-se essa operação, que é um arroz aceitável, arroz já vendido aqui no nosso mercado e que não tem a ver com os 5% de partidos que está no contrato, que são as 3000 toneladas que estão a caminho. Portanto, o que está no contrato, está, e é esse arroz que vamos exigir da firma vencedora que nos entreguem. As 900 toneladas têm 25% partidos que foi solicitado ao Governo uma anuência de poder fazê-lo, tendo em conta que não havia arroz no mercado, e foi aceite.

Portanto, há esse paralelismo de processo, mas a situação explicada é esta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, a questão que o Sr. Deputado tinha levantado é se no mesmo processo contratual estavam as 300 e as 900. Portanto, o concurso eram 3900?

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo**: — Não, não, eram somente 3000. No processo contratual estavam somente 3000. As 900 surgem depois, quando o processo não se efectivava.

O preço actual do arroz, estamos na perspectiva de potencializarmos os produtos locais e, sabe-se, para quem entende de economia com o arroz, ao preço que estava, a Dbs 13.500,00, um arroz de qualidade, oferecido pelo governo japonês, não é sustentável para um país como o nosso.

Nós estamos a criar um hábito alimentar que não é nosso. O preço do arroz do Japão a esse preço era insustentável e é um donativo. Não se pode comparar com aquilo que o Estado vai contratar pagar, pôr à disposição e o Estado tem que devolver o dinheiro ao governo japonês.

O Estado, claro, nesse caso, teria que subvencionar sem recursos, o arroz. Daí concertadamente, que é um preço aceitável, e pensando também nos comerciantes que importam e põem o produto no mercado, aí sim, estaríamos a fazer uma concorrência desleal, se pormos o preço do arroz a Dbs 13.500,00 conforme vinha antes deste governo que está no poder.

Portanto, Dbs 18.000,00 é um preço que nós pela planilha, pela análise do mercado, achamos consensual que o Estado estabelecesse esse preço, que foi aceite normalmente. Portanto, não é porque fizemos a relação do preço do arroz agora com a compra, acho que não é o caso.

A Sra. Deputada Maria das Neves referiu-se à questão do parecer. Hoje estamos perante três análises; duas dizem que o produto é consumível e uma que deixa em aberto. Mesmo assim, por uma questão de precaução, o Governo ainda pediu mais um parecer, portanto, podíamos perante esses resultados tomar uma decisão, mas o Governo resolveu, por uma questão de cautela, suspender e retirar o produto do mercado até o processo ser conclusivo.

Creio que no decorrer desta semana ter-se-á uma decisão cabal sobre o que fazer com o arroz importado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe, para uma intervenção.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, apenas queria repisar, porque não me convenceu muito o esclarecimento do Sr. Ministro. Relativamente à nota que enviou, de pedido de isenção das taxas portuárias, porque a nota dizia claramente que das 3000 toneladas iam chegar ao País 900 toneladas.

Portanto, não fiquei convencido com a explicação do Sr. Ministro, tendo o senhor na sua posse, de certeza, o texto que o senhor mesmo redigiu ao Sr. Ministro das Obras Públicas. Gostaria também de perguntar ao Sr. Ministro, estamos a falar das três análises ao produto, solicitadas ao estrangeiro e não falamos também do CIAT:

Acredito que o CIAT também deveria entrar como uma outra análise. Estamos a falar de quadro análises. Eu queria perguntar se o resultado do CIAT não entra também como análise a este produto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete, para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Sr. Ministro, gostaria de saber qual é a data da chegada dos respectivos relatórios, e uma outra questão que está ligada à lei de licitação, gostaria de saber do Sr. Ministro se foram observados todos os princípios e regras gerais para o lançamento do concurso, digo, a transparência, a concorrência, a imparcialidade, boa-fé, e digo mais, se todos os interessados concorreram em pé de igualdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho, para uma intervenção.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, tenho comigo alguns documentos, certificados fitossanitários, há outros documentos que contrariam totalmente o arroz que foi importado.

Tenho aqui no documento, grão longo e arroz branco, escrito em inglês «*long grain and white rice*». Depois tem outro documento que diz também a mesma coisa; um outro ainda diz que foram importados cerca de 17 000 sacos de arroz e não 18 000 sacos.

Fazendo as contas serão cerca de 750 toneladas e não 900 toneladas, conforme estão a dizer. Sinceramente, estou aqui perante dois documentos que foram enviados à Assembleia, mas um a contradizer o outro. Gostaria também de saber quais são as instituições que encomendaram as análises. Eu gostaria que o Sr. Ministro nos desse essa informação. Depois dos esclarecimentos que pedi farei outras perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Antes passar a palavra aos Srs. Deputados inscritos, gostaria de consultar a Comissão sobre o seguinte: temos cá o Sr. Ministro que nos está a esclarecer, mas os Srs. Deputados recordam-se que na última reunião tínhamos posto a hipótese de estarem os dois: o importador e o Ministro, porque o técnico disse-me que já está cá o importador.

O que acham? Esgotamos primeiramente com o Sr. Ministro, depois chamamos o importador ou fazemos o importador entrar agora? O que é que os Srs. Deputados membros da Comissão acham?

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Na minha óptica, devíamos esgotar o assunto com o Sr. Ministro e depois chamaríamos a outra parte.

O Sr. **Presidente**: — Então, Srs. Deputados, vamos esgotar aqui com o Sr. Ministro e depois chamaremos o importador.

Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes, para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Comércio, muito obrigado por brindar-nos com a sua presença. Tenho uma questão a levantar e ela prende-se com a razão pela qual o Governo lançou esse concurso de urgência, ou seja, qual era a situação real quando o Governo entrou a 13 de Dezembro de 2012?

O que é que ficou por fazer para que o País ficasse em ruptura do stock do arroz? Explique-nos um pouco essa situação de forma que pudéssemos desencadear o resto das nossas acções aqui na Comissão. Gostaria também que o Sr. Ministro nos falasse um pouco sobre a questão das análises.

Por quem e como foram colhidas e se pudesse nos situar também em relação às amostras que foram enviadas aos laboratórios, os lotes que estão descritos em cada uma dessas análises. Por fim, gostaria que o Sr. Ministro também nos dissesse se existe alguma documentação do CIAT em relação a questão na qual o CIAT impede ou não a saída do arroz para melhor análise ou ele aparece após denúncia de uma queixa-crime.

É bom que se saiba, se o CIAT autorizou a saída do arroz, se o CIAT não apresentou resultados conclusivos, por causa de uma queixa-crime, se anteriormente já tinha dado a sua autorização para o consumo desse arroz.

Não sei se me faço entender.

Se só após a denúncia ou a queixa-crime que foi colocada é que o CIAT demonstrou que não tem a capacidade de fazer um veredicto final sobre o arroz ou já tinha dado o veredicto antes da queixa-crime, para autorizar a saída do arroz para o consumo?

Por último, queria saber como é que esse arroz veio transportado no barco; se veio a granel, se veio em contentores, como é que ele veio, e se a descarga estava molhado ou não. Porque a questão do arroz molhado tem uma característica própria para a proliferação de fungos e isso implica que, à partida, devia-se ter alguma cautela sobre a questão na recepção do arroz. Por enquanto são estas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente queria retomar a questão do preço em relação à qualidade do arroz. O Sr. Ministro citou aqui que o preço de Dbs 13.500,00 do arroz que o Governo chefiado pelo Presidente do ADI colocou, eu não vou fazer comparação porque é do meu conhecimento que o arroz foi doado, acho até que um governo qualquer poderia até doar esse arroz à população e não vender, mesmo a Dbs 13.500,00.

Mas eu só queria fazer uma comparação, com o arroz importado, neste caso, das 900 toneladas, e o arroz também importado pela empresa *Cash & Carry*, preço desde o ano passado, que é o arroz de melhor qualidade e colocou-se à venda a Dbs 25 000,00 à quilo e me parece que este governo tinha proposto que fosse a Dbs 22 000,00.

É um arroz de melhor qualidade do que este, e se fizermos a comparação desse arroz com o actual, vê-se que de Dbs 18 000,00 a Dbs 22 000,00, existe uma grande diferença em comparação à qualidade do arroz. Então, isso é que me leva a dizer que este arroz devia ser ainda muito mais barato em comparação à sua qualidade.

A outra questão que eu queria colocar ao Sr. Ministro é sobre os requisitos para que a empresa «Modelo» pudesse ganhar ou ter essa facilidade de adjudicação directa; aqui tem o preço e também a data da colocação do produto no País. O que me parece é que essa data já está ultrapassada e o produto ainda não chegou ao País.

Eu gostaria que o Sr. Ministro me explicasse o que tem levado que até à data esse produto ainda não chegou ao País, uma vez que se fala de ruptura e esse que veio não tem boa qualidade, então, gostaria saber o porquê.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria que o Sr. Ministro me explicasse se esse arroz, antes de ter sido posto a circular no nosso mercado, teve a autorização do CIAT para ser consumido pela população, ou seja, se o resultado do CIAT veio a *posteriori* ou se anteriormente tinha sido já autorizado o seu consumo.

O Sr. **Presidente**: — Acho que já temos um conjunto de questões, vamos passar a palavra ao Sr. Ministro do Comércio.

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo**: — Sr. Presidente, as questões foram todas colocadas de uma só vez, creio que haverá um momento em que poderei pedir aos Srs. Deputados que voltem a colocar as suas questões caso eu não consiga respondê-las todas.

Mas vou responder à questão do preço do arroz, levantada pelo Sr. Deputado Octávio Boa Morte. O que posso dizer aqui é que o Sr. Deputado está enganado no que toca à qualidade do arroz do *Cash & Carry*, e no que toca ao seu preço. Está equivocado porque o arroz dessa firma não é da melhor qualidade em relação ao arroz que temos hoje no mercado. É um arroz aceitável, consumível, mas não é da melhor qualidade. Se os senhores se lembram já tivemos aqui muita polémica à volta desse arroz, no entanto, o arroz foi consumido.

Uma outra questão, que gostaria também que fosse reflexão do Srs. Deputados, é pedir ao CIAT o teste daquele arroz da firma *Cash & Carry* quando chegou ao País. Faça um estudo comparativo em relação à análise desse arroz.

Portanto, com relação ao preço, creio não ter mais nada a acrescentar, é uma preocupação posta, ouvida, mas eu não tenho mais nada a acrescentar.

A nota explicativa que o Governo fez à «Consil», também consta no processo, e os Srs. Deputados também poderão ter acesso a essa nota bem como a autorização.

Na nota, está claro, quais foram as razões do Governo em utilizar o tal regime, que não é criado, mas está na lei. Há a possibilidade da utilização desse regime e para tal foi solicitada uma autorização à «Consil» para a utilização daquele regime. Foi-nos concedido e fizemos esse processo.

Ao princípio, à volta do concurso, o Ministro é Ministro, mas existe a parte técnica que trata de todo o processo do concurso, para além da direcção administrativa e financeira há o GEL que é uma unidade que se criou, portanto, acredito na boa-fé das pessoas e pelas responsabilidades das instituições que o processo foi todo feito dentro daquilo que é o normal, tendo em conta todos os princípios enunciados pelos Srs. Deputados.

A chegada do produto ao País, sim, nós reconhecemos que se tivéssemos que olhar para o contrato, a data da assinatura, as 3000 toneladas já deveriam estar cá, mas houve ressaltos à volta do processo, o arroz ainda não chegou, o Estado, neste caso, com uma quota-parte de responsabilidade, a não disponibilidade financeira, etc.

Nós recebemos da firma que venceu o concurso para a importação do arroz uma nota a dizer que tem todo o arroz contentorizado, mas que não chegou a São Tomé ainda devido as informações à volta da inoperabilidade da grua da ENAPORT.

Portanto, chegando cá os navios e não tendo a possibilidade de descarregar os 120 contentores, há custos elevados nisso, mas é um processo que administrativamente estamos a tratar e pensamos que dentro de um curto espaço de tempo pode ser resolvido.

O Sr. Deputado Martinho levantou uma questão à volta de documentos, eu vou depois pedir-lhe que volte a colocar a questão, porque não consegui reter, mas vou responder rapidamente à questão colocada pelo Deputado Xavier Mendes. Qual foi a razão de o Governo ter lançado esse concurso, qual era a situação do arroz quando o Governo tomou posse, as análises, os lotes, etc.?

Bom, quando o Governo, tomou posse, a operação da venda do arroz do donativo do Japão tinha-se iniciado a mais ou menos um mês e tal, se eu não estiver errado, foi em Outubro, e as quantidades nos armazéns eram diminutas, que pelas estatísticas do consumo mensal não dariam para além de dois meses e pouco. Então, tomou-se uma decisão.

O mercado é livre, mas os importadores, em relação à matéria do arroz quase que não intervêm devidos esses donativos pontuais que o Estado recebe. No entanto, os comerciantes foram chamados. Quando se lança um concurso é justamente para que apresentem os preços ou que abasteçam o mercado. A questão que se põe é que nenhum comerciante tem o capital suficiente para pôr o arroz no mercado, a não ser que o Estado intervenha no que toca a parte financeira.

Assim se fez. Algumas empresas não apresentaram propostas, outras apresentaram e desencadeou-se o processo. Para dizer que a situação do stock do arroz, quando tomamos posse não era a melhor. Devia-se ter dado as *démarches* para o abastecimento ou ter-se feito outros tipos de expedientes, não se fez, a situação política, se calhar, não era de interesse, então tínhamos que fazer.

A colheita foi feita pela instituição de Direcção de Regulação das Actividades Económicas e foi enviada a esses laboratórios.

O documento do CIAT é inconclusivo, na medida em que como disse a própria directora, faltaram meios para tal. Isso saiu na comunicação social e é do conhecimento de todos. E o CIAT não concluiu se o produto é ou não próprio para o consumo. É assim que as análises do CIAT são feitas.

Quando um produto chega ao País, é aceitável ou é rejeitado ou deve ser tratado, mas segundo o CIAT não é conclusivo. Perante isso, tivemos que solicitar outras análises para nós concluirmos o ponto da situação. É por isso que a análise do CIAT não é aqui considerada como análise final, mas sim essas três que nós recebemos.

A questão solicitada pelo Deputado Xavier Mendes, da denúncia. O CIAT só se pronunciou sobre o arroz depois da denúncia de queixa-crime. Portanto, o arroz chegou, as autoridades competentes, autorizaram a entrada do porto, quando a oposição apresentou uma queixa é que depois saiu a análise do CIAT a dizer a situação do arroz e que mesmo assim não decidiu e remeteu-se depois à Saúde Pública para ser apreciado e decidido. Portanto, é um processo que acreditamos que deveria ser feito muito antes do produto estar a disposição da população.

Só conheço o navio documentalmente, mas o Sr. Deputado Xavier Mendes solicitou como o arroz veio para o País? Sei que veio num processo a granel, como se diz em linguagem corrente, não sei se é uma linguagem técnica.

Aquando da descarga do arroz havia sacos molhados, constatamos. Estes sacos estão todos em quarentenas, porque não são para pôr a disposição da população. Creio ter feito menção a todos os pontos aqui citados, faltando apenas a questão do documento que peço, se o Sr. Presidente permitir, que o Sr. Deputado Martinho voltasse a colocar a questão, se faz favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, volta a colocar a questão que tinha levantado, faz favor.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Eu fazia referência aos documentos que tenho que fala sobre a qualidade do arroz. Fala de arroz de grãos longos e brancos, não é esse que se verifica no nosso mercado.

Depois também fazia referência a um recibo de um serviço que foi prestado pela Firma Modelo que diz ter recebido cerca de 5.050 milhões de francos CFA por prestação de serviço de embarque de 17000 sacos de arroz de 50Kgs. Fazendo conta não vem a dar as 900 toneladas que estamos a referir. É esta a dúvida que tenho e que peço ao Sr. Ministro para esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio.

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo**: — Eu não conheço o documento que está na posse do Sr. Deputado, portanto, não posso pronunciar sobre os detalhes. Se calhar seria oportuno tê-los para saber de que documento se trata. Mas, no que toca a quantidade chegada ou não ao país, tenho um documento que faz menção a 16 850 sacos de arroz, correspondente a 842,5 toneladas de arroz.

Não obstante se ter contratadas as 900 toneladas, só chegaram ao país as 842,5 e a outra parte que estava a caminho não veio justamente porque gerou essa polémica a volta do arroz. Como deve entender, tinha que se suspender a operação.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados já são 10 horas e 40 minutos, se não estou em erro e todavia gostaríamos de ouvir também o importador do arroz. Gostaria de perguntar aos Srs. Deputados se existem mais questões. Tenho cinco pedidos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Digo** (ADI): — Sr. Ministro, agradecia, se pudesse, que nos fornecesse o dado estatístico que citou, que fundamentou essa importação excepcional. Que deu a entender que havia rotura de *stock*, disse que nas estatísticas deu a entender isso.

Gostaria que nos desse os dados estatísticos da altura quando o Governo assumiu o poder para saber qual era a quantidade que existia nos armazéns do País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, tenho duas questões a colocar ao Sr. Ministro. A primeira, tem a ver com a atitude que o Governo tomou em fazer uma importação de emergência, segundo o Sr. Ministro, tendo em conta os dados que tinha da possível rotura de *stock* que levou a essa importação de emergência das 900 toneladas, se percebi bem.

Uma vez que surgiu muita polémica a volta dessa importação e que levou o Governo a suspender ou a proibir a venda desse arroz, quero saber qual é a actual situação, uma vez que se supõe que esse arroz não está a ser comercializado? Qual é a situação do mercado.

A segunda tem a ver com as 900 toneladas que não fiquei esclarecida em que quadro se encaixa essa importação, já que não faz parte das 3000 toneladas da qual houve concurso que faz parte do contrato. Não ficou claro para mim em que quadro se encaixa as 900 toneladas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, na intervenção do Sr. Ministro consegui apanhar algumas partes da sua intervenção que me levantam algumas dúvidas.

Em primeiro lugar gostaria de dizer ao Sr. Ministro que a Firma Cash & Carry quando importou o arroz que estava a venda, foi importado pelo próprio comerciante, não nas condições que o actual arroz foi importado.

Gostaria de dizer que o comerciante que importou aquele arroz, importou com meios próprios e a forma como fez não nos interessa aqui estar a tentar comparar o arroz que na altura fora comercializado com o arroz que agora foi importado com a responsabilidade do próprio Governo.

Para dizer ao Sr. Ministro que o documento que estamos aqui a analisar faz parte de um grupo de documentos enviados pelo importador a 2.<sup>a</sup> Comissão. Nesses documentos o importador alega uma série de questões e em todo caso diz que não é da sua responsabilidade a comercialização deste arroz.

Daí que tenho algumas perguntas a fazer ao Sr. Ministro. O Estado deu a esse importador dinheiro para importar as 900 toneladas de arroz, o importador serviu, segundo o próprio na sua nota explicativa, de intermediário para a compra do arroz.

Esse arroz chega ao País em condições que chegaram e o Sr. Ministro deve ter informações do tempo que o arroz foi carregado num barco, depois descarregado desse barco para outro, a manipulação desse produto foi tanta que em condições normais o Estado não devia ter recebido esse produto no porto, como havia acordado com o importador, em situação normal. O Estado nem se preocupou de toda a manipulação desse produto que houve no alto mar e nos portos de Douala.

O produto chega, recebe na qualidade que recebeu, sacos molhados, arrebentados, arroz muito mal condicionados, gostaria de lhe dizer que não veio a granel, mas em sacos de 50 Kgs. Há uma série de questões a volta dessas 900 toneladas de arroz que suscitam dúvidas.

É nesse âmbito que ao recebermos essa carta do importador com uma série de explicações, com vários documentos anexos e até um certificado de origem que não diz respeito a nós, porque esse certificado tem origem na Índia. Essa importação foi feita pelo Governo Camaronês, chegou em Camarões em 4 de Dezembro de 2012 e é o mesmo lote de arroz que cinco meses depois chega a São Tomé e Príncipe.

Portanto, há muitas questões pouco claras neste processo todo. Outra questão é que na altura do concurso o argumento usado para que as outras empresas fossem afastadas do concurso foi o prazo, para além do preço havia o prazo da entrega do produto. E este prazo, de acordo com o contrato que o próprio Governo assinou com o importador, não está a ser cumprido.

No contrato dizia que: «no prazo de 90 dias», e foi assinado desde 4 de Março e até hoje não chegou ao país as 3000 toneladas de arroz. Sr. Ministro, peço desculpas, mas há questões que, talvez por falta de informação da sua parte e dos seus técnicos, o senhor não tem conhecimento, mas felizmente o importador teve a coragem de nos enviar alguns documentos que nos esclareceu algumas questões.

É nessa base que gostaria de lhe perguntar o que pretende fazer o Governo em relação ao contrato assinado com o importador, tendo em conta que o prazo de validade desse contrato está aspirado?

O Sr. **Presidente**: — Tenho uma série de deputados inscritos, não sei se o Sr. Ministro quer já responder esse lote de questões ou se esgotaríamos já com todos os Srs. Deputados, para não acumular muito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sr. Presidente, depois de ouvir o Sr. Ministro há uma questão que para mim até agora ainda não ficou clara. Segundo aquilo que se ouve na comunicação social e aquilo que o importador também explica, fiquei até esse momento sem saber quem realmente importou o arroz. É o Governo ou a Firma Modelo Alimentação Neves, Lda.? Gostaria que o Sr. Ministro nos desse o esclarecimento para ficarmos a saber.

O Sr. Ministro disse ter o resultado da análise e tudo, mas gostaria de saber quais foram as entidades que participaram tanto na recolha da amostra como na solicitação das análises?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acompanhei mais ou menos a explanação de todos, é de aceitar que houve pequenas falhas, mas o que acho é que temos que caminhar muitas coisas para os Tribunais.

Se há uma entidade responsável para aceitar ou rejeitar a entrada do arroz, se ele não põe aceita ou não temos que tomar medida lá dentro, tem que haver responsabilização. Não é porque todo mundo hoje é chefe, todos ficam aqui a baloiçar.

Se as análises comprovarem que o arroz não é bom, eu tenho receio que o Estado é que venha a assumir toda essa coisa. Porque para entrar houve aceitação, quer dizer que está bom, depois é que vão dizer ao importador que o arroz não é bom quando já entrou? Quem foi verificar isso? Deve comer côco.

*Risos.*

Não podemos ficar nisso que ninguém quer responder por nada. Se certificado vier que o arroz está bom as pessoas que fizeram publicidade que o arroz é mau tem que responder por tudo. Fez uma publicidade grave, tem que ir a cadeia.

Se habituamos nessa coisa de leve-leve, ninguém é responsável, toda gente é chefe, depois vou ver, depois assim e tudo mais, nunca mais isso avança, nem com este, nem com outro, nem com XV, nem XVIII, não avança.

Por isso, peço ao Sr. Ministro que desde já começa a trabalhar no sentido de responsabilização, mas não é responsabilização de tirar as pessoas, manda para o Tribunal para as coisas correrem os termos legais.

Já tem documentos de que o arroz é bom mete o caso no Tribunal, publicidade grátis.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, ontem tomei conhecimento de que está instalada nos Camarões uma polémica sobre o arroz. Mesmo no Camarões foram importados 7000 toneladas de arroz de qualidade duvidosa. É um arroz que vem de Singapura desde Dezembro de 2012 e segue toda a sua evolução até agora.

A minha pergunta, não sei se o Governo também teve o conhecimento desta polémica que está instalada, é se as 900 toneladas de arroz que recebemos não fazem parte dessas 7000 toneladas que estão nessa confusão.

Caso seja, era necessário rejeitar o produto para os Camarões porque o produto veio danificado desde lá. Se eles levantam agora o problema de que há 7000 toneladas de arroz de qualidade duvidosa, temos que saber se essas 900 toneladas são partes integrantes disso.

Se for, acho que o Governo deve accionar algumas medidas no sentido de ver ressarcido os valores perdidos por essa importação. Gostava de saber se há ou não algum relacionamento entre as 7000 toneladas com as 900 toneladas que foram importadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Ministro, segundo a nota explicativa do importador, ele enviou ao governo, parece, 2 Kgs de amostra do arroz para tentar analisar. Segundo o mesmo o Governo analisou e ele teve o aval do Governo para importar o arroz. Será que é esse arroz que o Governo deu aval ao importador para importar?

Quem analisou os 2 Kgs. que foram enviados para saber se na verdade o arroz está em boas condições?

Sabemos que em São Tomé e Príncipe consumimos muitos produtos importados e eles terão que ser analisados antes de serem consumidos. Será que os produtos que consumimos até então estão em condições sabendo que o CIAT não está em condições para analisar todos os produtos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Depois de ter acompanhado as intervenções feitas pelos Srs. Deputados e as respostas dadas pelo Sr. Ministro, surgiram-me algumas preocupações que entendi no dever, estando cá, antes de tudo como cidadão e consumidor, membro da sociedade, achei que devia partilhar também algumas preocupações aqui nesta audiência.

Inicialmente, ouvi a comparação que se fazia com o actual arroz e o arroz que tinha sido importado pela Firma Cash & Carry que conscientemente, devo dizer, não sei se outros Srs. Deputados consumiram o actual arroz e o anterior.

Mas, a verdade, com toda a boa-fé, este arroz que está a ser comercializado agora tem melhor qualidade que o arroz anterior. O famoso arroz serrote todo mundo se tiver consciência sabe que nem cozia, nem dava para comer.

Como falava o Sr. Deputado Arlindo Ramos, pelo que pude constatar, nesta importação, se calhar, o Governo recebeu duas até três qualidade de arroz. Confesso aqui aos Srs. Deputados que comi o actual arroz, se é uma das qualidades, não sei.

Enquanto Deputado, querendo ter provas daquilo que estava a ser propalado, fui a uma loja, perguntei, mostraram-me, comprei e pedi a minha família que cozinhasse. Comi, não tinha cheiro nenhum, cozeu bem e não era nada disso que estão a dizer. Isso prova que o Governo recebeu duas ou mais qualidades de arroz.

Como dizia o Sr. Deputado Arlindo Ramos, tendo informações sobre o processo de importação, se calhar porque presta serviço a agência que fez todo o agenciamento do navio, tem informações que se calhar nem o Governo tem. Falou de várias manipulações do produto no alto mar, quais foram essas manipulações do produto?

Será que houve troca de sacos? Será que houve introdução de sacos que não tinha nada a ver com aquilo que o Governo...

O Sr. **Presidente**: — Um ponto de ordem Sr. Deputado.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Acho que o Sr. Deputado Gil Costa está a ir por caminho errado. Falei de manipulação e acho que o Governo tem conhecimento ou o Sr. Deputado não quer ler os documentos que tem. Temos lá dois BL com navios diferentes, veja o documento que tem. Não falei por falar, não falei por ser funcionário da agência, falei e disse que estou a analisar os documentos enviados pelo importador. Há dois BL de navios diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Feito o ponto de ordem tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Peço desculpas Sr. Presidente e também peço desculpas ao Sr. Deputado Arlindo Ramos, se exagerei, mas fiquei com alguma dúvida quando o Sr. Deputado falava de manipulação no alto mar. De ter havido troca de navios isso tive conhecimento, só fiquei com alguma dúvida por isso queria pedir esclarecimento e pelo facto de termos no mercado duas ou mais qualidades de arroz.

O Sr. **Presidente**: — Posta a dúvida, já obtive o esclarecimento. Srs. Deputados, estamos a avançar nos nossos trabalhos e vou pedir a Sua Excelência o Sr. Ministro que de acordo com as questões levantadas que nos brinde porque quero terminar mesmo porque temos outra sessão a seguir.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio.

O Sr. **Ministro do Comércio, Indústria e Turismo**: — A Sra. Deputada Isabel fez menção em relação a atitude do Governo em suspender a venda e qual é a situação do mercado.

O Governo preventivamente tinha que suspender a venda do arroz dado a polémica que está a volta do processo. É uma suspensão temporária até que as análises chegassem, e já chegaram e está com as instâncias próprias para parecer e certamente depois disso haverá uma decisão sobre o que fazer com o arroz.

No que toca a situação do mercado já há um processo em curso para chegada dentro de dias de alguma quantidade de arroz para não haver rotura.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos fez um intróito sobre vários assuntos e depois no final fez a seguinte pergunta. O que se pretende fazer com relação aos prazos do contrato.

Há um contrato administrativo feito, claro, houve, podendo assim considerar «incumprimento» de ambas as partes, é um assunto que administrativamente terá que se encontrar uma solução. Dizer o que fazer agora seria insólito em termo de resposta.

É um assunto que será analisado administrativamente e far-se-á o enquadramento do processo.

O Sr. Deputado Roberto Lombá solicitou quem realmente importou o arroz. É sabido, pelo documento que disse ter. No documento tem uma narração quase exaustiva sobre o processo, não sei até que ponto pode colocar uma questão dessa, está claro. Se houve um concurso, houve todo o procedimento, poderá de lá encontrar a resposta que solicita.

Quem participou na recolha de solicitação das análises? Foi a Direcção de Regulação e Controlo das Actividades Económica.

O Sr. Deputado António Ramos fez alusão a responsabilização de pessoas ou entidades a volta do processo. Se houve desinformação com relação a esse processo cabe ao Ministério Público depois investigar e apurar as responsabilidades.

Eu concordo com o Sr. Deputado que diz que as pessoas têm que ser responsabilizadas pelos seus actos a todos os níveis. E depois desse processo terá que se desencadear então a responsabilização das pessoas nesse processo. A Sra. Deputada Maria das Neves, para dizer que desconhecia dessa informação das 7 000 toneladas na República camaronesa, recebo agora na primeira mão, não sei nem posso afirmar do lote que recebemos de 900 toneladas se fazem parte ou não disto.

Portanto, é um algo a investigar, mas bastante pertinente para ajudar se calhar a desmistificar todo esse processo de arroz. Sr. Deputado Martinho disse que o documento que tem em mãos faz menção a 2 kg de arroz que veio para amostra.

De facto, recebemos uma amostra e foi com ela que depois o Governo assumiu que se devia mandar esse arroz. Há situação de 25% quebrado, sabe-se que não se pode analisar a amostra. O produto quando chega ao país e daí faz-se análise que chegou em termos comerciais e se alguém enviar uma amostra não se pode dizer ok que com base nessa nela que tudo está bem.

Fez-se uma análise visual, aceitaram, cozinhou-se até o produto para ver até que ponto a sua qualidade estava em causa e depois concordou-se que devia-se trazer esse produto. Chegado no País, as instituições próprias trataram dos expedientes de autorizar a entrada do produto se é aceite ou não.

Creio que é algo resolvido. Pois, a questão será que os produtos que consumimos em São Tomé estão em condições? Isso já é uma questão muito generalista. Eu creio porque enquanto Ministro não posso responder essa questão porque tem instâncias próprias, sector próprio para dar esse tipo de resposta.

No que toca ao Sr. Deputado Gil Costa que se falava e foi introduzido um ponto de ordem, mas creio que não concluiu em uma pergunta. Estava a fazer uma observação sobre o processo. E muito resumidamente creio ter tocado em todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta curiosa relativamente ao concurso. Perguntaria, é normal que nesse processo haja transparência e assim perguntaria ao Sr. Ministro se tendo sido a empresa que ganhou o concurso Modelo Alimentação Neves Lda., não assustaria em si ao nível da população algo que pudesse comprometer a si pessoalmente, tendo em conta a ligação desta empresa a si, uma vez que sabemos que foi uma adjudicação directa, entendemos que poderia ter havido alguma convivência relativamente a esta adjudicação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Peço desculpa Sr. Ministro, mas não respondeu nenhuma das minhas questões e assim volto a colocá-las.

A primeira era, tendo em conta a atitude que o Governo tomou em retirar e proibir a venda do arroz, qual é a actual situação do mercado face ao stock? Pela justificação do Sr. Ministro tomaram atitude de emergência de solicitar 900 toneladas uma vez que se tinha um quadro de rotura de stock de momento. Face a essa situação de importação de emergência e a retirada tendo as circunstâncias que envolveram a importação do arroz qual é a actual situação do mercado?

A segunda questão tinha a ver com em que termo se enquadrava as 900 toneladas feitas de emergência uma vez que não fazia parte das 3 000 toneladas contratuais? Tenho mais duas questões, mas queria obter as explicações do Sr. Ministro só depois avançar com outras duas.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada não queria a coloca-las de modo a que nós terminemos essa leve. Não queria pô-las agora?

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Não sei se vai misturar muitas questões para o Sr. Ministro. Eu queria obter esses esclarecimentos só depois voltar a fazer outras duas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Há algumas questões que para mim continuam com uma certa dúvida em relação a esse contracto. Quer dizer quando se aplica um regime excepcional é uma coisa muito séria.

Tem que haver solicitação de guerra, estado de sítio e essas coisas todas e que não é o caso. Quando o Sr. Ministro falou aqui de rotura meus senhores, explica-me o que é uma rotura. Quem provocou a rotura? Eu falo com a voz da experiência, porque fui ministro de comércio e sei como é que essas coisas se processam.

A rotura é provocada muitas vezes pelo próprio operador. Continuo a dizer, Sr. Ministro, todos os dias o arroz de Japão vende no mercado e até hoje. E assim a onde é que está a rotura? Pegar em 2,5 milhões de dólares e pôr a disposição de uma pessoa para importar o arroz não é nada excepcional quando o concurso devia ser aberto, porque a lei está clara.

O concurso com esse valor devia ser aberto, para dar possibilidade a todos operadores participarem. Com essa história de rotura isto não me convence. Está-se a aplicar o regime excepcional, isto para mim não é convincente.

Fizemos aqui algumas perguntas que para nós não foram esclarecidas. Uma delas tem a ver com as informações que o próprio Governo passou na TVS que é a televisão de todos nós ou nacional não sei como é que se chama isso. Assumi a importação de arroz como se fosse sua.

Quanto temos os documentos de uma firma que nem sequer é esta firma que importou. Paira essa dúvida e que está cá o Ministro. Quando o Ministro diz que está aí documentos e não sei quê, não está certo. Há uma dúvida porque houve duas respostas ao consumidor em relação a importação do arroz.

Por isso é que gostaríamos que o Sr. Ministro nos explicasse por favor quem importou este arroz? Isto é que me interessa ouvir. Outra questão, fizemos aqui as perguntas em relação as datas das tais análises e assim gostaríamos que o Sr. Ministro dissesse-nos só quais são as datas dessas análises que tem em mãos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, sinto-me um pouco ultrapassado, mas vou fazer pergunta muito sucinta e gostaria também que o Sr. Ministro respondesse de uma forma muito sucinta, porque penso que há outras entidades que virão aqui para esclarecer algumas questões. Logo a minha pergunta é, quando e em que data mesmo que vamos pedir depois por formas próprias os documentos, mas o senhor tem a mão e que mostrou, as datas de chegada dos três relatórios de Portugal, da ASAE e doutra entidade em Portugal que citou e que eu não memorizei e dos Camarões.

Gostaríamos de uma forma clara que o senhor dissesse se é a Direcção de Regulação e Controlo de Actividades Económicas que pediu as três análises. Eu quero que o Sr. Ministro diga claramente se é a direcção que pediu quer dos Camarões, quer da ASAE ou do terceiro relatório de uma entidade portuguesa ou se há outras entidades dentro do governo que pediram esses relatórios.

Por isso a minha pergunta é clara e gostaria que o Sr. Ministro respondesse de uma forma clara, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta com a vontade de ficar claro em certas questões, mas o Sr. Ministro não me respondeu de forma a transparecer o realismo.

Perguntei ao Sr. Ministro se o Governo importou ou não esse arroz? E o Sr. Ministro disse-me o papel, não sei o quê lá, blá-blá-blá... não é isso que queríamos saber. Mas quero saber, o Governo tem ou não a responsabilidade com a importação directa desse arroz? Outra pergunta foi: quem foram as entidades que fizeram as recolhas e solicitaram as análises que o senhor diz que tem em posse? E já agora aproveito também para fazer uma terceira pergunta. Sendo CIAT é a instituição que temos, vocacionada para fazer as análises dos produtos que consumimos em São Tomé e Príncipe e estando ela a ser desacreditada pelo próprio Governo, como será a partir de hoje a qualidade dos produtos que vamos consumir?

Quem vai responder pela qualidade desses produtos, uma vez que o próprio Governo está desacreditando o CIAT?

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Ministro de Comercio Industria e Turismo.

O Sr. **Ministro de Comércio, Industria e Turismo** : — A primeira questão colocada pelo Deputado Alexandre que solicitava se no meu entender não houvesse convivência com a Firma Modelo Alimentar que venceu o concurso, eu digo-lhe ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro um ponto de ordem. Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Valeu apenas dizer algum privilégio.

O Sr. **Ministro de Comércio, Industria e Turismo**: — Privilégio nesse caso, substituo. Eu devo-lhe dizer que acredito nas instituições e na boa-fé das pessoas.

Acredito que as pessoas quando estão enquanto agente do Estado devem pautar por aquilo que são as regras, as leis, etc. Se calhar a única forma da Firma Modelo não ter a possibilidade de vencer o concurso era não participar. Tinha que haver um documento que fizesse menção clara que todas as firmas poderiam participar e Modelo Alimentação não.

Não cabe ao Ministro tomar ou a dar esse tipo de diligência. A Firma Modelo participou como uma outra firma qualquer. Agora, até que ponto o Ministro tem relação com esse processo? Não há forma possível. Existe as comissões que tratam disso e cada empresa apresentou o seu preço, a sua proposta, fez-se isso de uma forma pública e existe acta assinada pelos participantes, pelos participantes ou pelos responsáveis doutras empresas, portanto, não há como ligar isto.

Não há informações forjadas. É uma consulta ao mercado e cada um tinha ou podia apresentar o preço que quisesse apresentar. Portanto, não há forma de fazer esse tipo de ligação no meu entender. A Sra. Deputada Isabel fala da retirada face ao stock.

Existe outro arroz no mercado que os comerciantes importam. Suspendendo ou retirando esse arroz importado no quadro desse processo existe outras firmas comerciais que operam no mercado e abastecem o mercado.

Não é tarefa do Estado abastecer continuamente o mercado com o arroz. Pontualmente, uma questão social faz-se isso. O Estado faz e fez. Há outras firmas que importaram o arroz e está no mercado a ser vendido. Pois, solicita em que termos se enquadram as 900 toneladas? As 900 toneladas enquadram-se no abastecimento do mercado no quadro daquilo que são as necessidades do fornecimento do mercado com produtos da primeira necessidade.

O Governo estava numa operação de fornecimento ao mercado de 3000 toneladas. Esse processo teve a morosidade que teve devido os factores conhecidos e o Estado tinha a responsabilidade de encontrar um jeito de satisfazer a necessidade da população.

Não é porque o processo teve as dificuldades que teve e vamos dizer, ok! Nós não vamos pôr o produto, o Estado encontrou um mecanismo legal e introduziu as 900 toneladas do produto no mercado, para que não houvesse faltar do produto.

Em termo de stock, hoje, estatisticamente, não posso afirmar que quantidade do arroz existe no mercado e que está a ser consumido. Sr. Deputado Hélder Paquete, eu entendo a sua preocupação e entendo também o seu estado emocional com relação a isto, mas se calhar sugeria ao Sr. Presidente que

convocasse as instituições próprias para responderem essas questões, porque eu enquanto Ministro sinto-me vazio em entrar em questões muito técnicas, que muitas vezes têm a ver com outros sectores.

Respeito a sua opinião, entendo, mas se calhar a Mesa iria convocar outras entidades para analisar o processo. Falou da questão da data de análise e também foi solicitado a data pelo Deputado Levy Nazaré.

Vou directamente as duas questões colocadas pelo Deputado Levy Nazaré. Temos cá um relatório de 01/07/2013 que é dos Camarões, temos aqui outra da ASAE do dia 27/06/2013 e análise do dia 04/07/2013 de AQUIMISA que é um laboratório também de segurança alimentar.

Perguntava quem solicitou as análises, é o Estado. Dado que surgiu essa polémica a volta, existem instituições do Estado para o tal. Análise não foi feita por ninguém pessoalmente. Quando eu digo Estado, é o Governo que analisou a questão e solicitou novas análises e pode-se fazer isto. Tem a responsabilidade enquanto ministério para tal.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Por isso, é que a minha pergunta foi directa e sem rodeios, não faço demagogias. Eu fiz uma pergunta directa. Do Estado, há varias entidades e o Sr. Ministro falou aqui várias vezes da Direcção de Regulação e Controlo de Actividades Económicas. A minha pergunta é: essa direcção que pediu as três análises ou há outra entidade do Estado que também pediu análise?

O Sr. **Ministro de Comércio, Industria e Turismo**: — Quando me refiro ao Estado, me refiro a todas instituições do Estado. Portanto, o processo administrativo de Estado pode ser tratado pela direcção administração financeira de Estado, pode ser delegado a Direcção de Regulação de Actividades Económicas, pode ser a própria CIAT a solicitar.

É do nosso conhecimento que o Ministério Público solicitou a análise e o Sr. Deputado particularizar quem do Estado eu não sei em que medida posso responder essa questão.

O Sr. **Presidente**: — É o Sr. Ministro quem solicitou as análises?

O Sr. **Ministro de Comércio, Industria e Turismo**: — Não, Sr. Presidente. Enquanto Ministro, eu não posso solicitar as análises.

O Sr. **Presidente**: — Quem foi?

O Sr. **Ministro de Comércio, Industria e Turismo**: — Foram os serviços do ministério. Em detalhes não posso precisar e não vou precisar, porque também nem posso fazer menção a detalhes que se calhar não tenho em mão, mas foi através do ministério que se deu as *démarches*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Ministro, gostaria de acentuar só um aspecto. Estamos cá numa comissão precisamente para esclarecer toda situação em volta desta questão do arroz. Portanto, acho que é inadmissível o Sr. Ministro ao auscultar o facto, e não querer dizer quais as instituições que foram contactadas para auferir sobre essas análises.

Acho isso esquisito. Estamos na Casa Parlamentar, estamos para pedir esclarecimento e tem a sensatez de nos informar quais as direcções que solicitaram as análises.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro de Comércio, Industria e Turismo**: — Sr. Presidente, peço desculpa e se calhar estou a ser mal interpretado. Eu enquanto Ministro não sou eu que solicito as análises. Dou indicação aos serviços para agirem em conformidade.

Se foi uma orientação do Conselho de Ministros que deve solicitar novas análises, dou indicação aos serviços que o façam. Todo o ministério é composto por vários serviços. O meu gabinete tem o meu director de gabinete que dá diligência para que se solicite as análises, Sr. Presidente. Agora, dizer cá A ou B é uma questão que podemos, posso fornecer a informação quando for. Se faço menção que foram os serviços do ministério que solicitaram, é o serviço do ministério. Concretizar Sr. Presidente, não vejo até que ponto estou a sonegar ou não estou a colaborar com a Comissão.

Estou a fazer mais abertamente possível. Ok. Vamos precisar concretamente isso é uma informação que se pode obter a posterior. Mas eu não posso precisar. Há orientação do serviço para fazê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos já há duas horas da reunião e temos ainda que auscultar o importador. Eu obtive agora outra informação de que ao nível de CIAT já vieram, mas falta ainda outras pessoas de CIAT.

Também tenho informações de que os Cuidados dos Serviços de Saúde querem que a gente diga de concreto qual o momento. Agora, queria ver se concluíamos com o importador e depois estou a ver se

marcamos para amanhã ou depois de amanhã porque amanhã, já teremos a visita e é por isso que eu queria concluir aqui para nós continuarmos, porque temos outros dois sectores que eu gostaria que ouvíssemos de acordo com a recomendação.

Portanto, Srs. Deputados, acho que deveríamos concluir essa acção agora, mas tenho uma séria de pedido e não sei se os Srs. Deputados continuam insistindo no vosso pedido ou se nós deixaríamos, porque temos o importador para ouvirmos. Assim gostaria de sugerir, sei que há três pontos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Há uma questão que o Sr. Ministro não respondeu. Se é o Estado ou a Firma Modelo Alimentação Neves Lda.. Isso é que nós queremos saber.

O Sr. **Presidente**: — Há uma questão Sr. Ministro. De quem importou efectivamente. Se é o Estado ou a Firma Modelo alimentação Neves Lda.?

O Sr. **Ministro de Comércio, Indústria e Turismo**: — Meus senhores, com todo o respeito, convenhamos. O Estado lançou o concurso público para importação de arroz. Uma firma ganhou, fez a importação, trouxe o arroz e entregou o Estado.

Eu quero entender o que é que está por de trás? O que é que eu não estou a ser claro? É concurso todo mundo participou, fez e viu. Eu não entendo, Sr. Presidente, com todo o respeito, não sei o que é que devo responder nesse caso.

Por favor diga-me a resposta daquilo que os senhores querem ouvir. Estado lançou um concurso e uma firma venceu, fez-se o processo, as cláusulas contratuais, e entregou o produto ao Estado. Está claro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Na minha intervenção de em que quadro se encaixava as 900 toneladas de arroz era justamente por esse caminho que eu queria seguir.

Quem importou o arroz? O Estado ou a Firma Modelo Alimentação neves Lda.? Ah! Houve um concurso. Houve dois concursos ou um? Concurso 3000 toneladas e concurso 900 toneladas? É pedido de esclarecimento. Ou porque o Sr. Ministro diz aqui que as 900 toneladas não fazem parte das 3000 toneladas.

Essa é a grande questão que eu perguntei. Em que quadro se encaixava as 900 toneladas? Não é da emergência ou da urgência da rotura do mercado. Houve um concurso ou dois concursos? Pelo que sei houve concurso das 3000 toneladas, mas fui aqui informada pelo Sr. Ministro que as 900 toneladas não fazem parte das 3000. Por isso, que eu queria um esclarecimento.

Antes de sairmos daqui estamos a tratar com um assunto da saúde pública, com saúde da população, de um dinheiro do povo que saiu e devia estar a fazer outras coisas tendo em conta a necessidade que há no País. Nós todos estamos cientes dessas necessidades e saiu para comprar um arroz que nós todos conhecemos a sua qualidade e estarmos aqui a pedir informações credíveis da entidade máxima sobre isso.

Logo, não é uma questão de nós sairmos daqui e avançarmos. Se o tempo não chegar o plenário da comissão tomará atitudes certas. Mas estamos aqui a buscar informações credíveis para não estarmos aqui a falar asneiras Sr. Presidente.

Outra segunda questão, o Deputado Levy Nazaré colocou uma questão e que o Sr. Ministro disse que de acordo com a orientação que obteve no Conselho de Ministros procedeu informando os serviços de que deveriam solicitar outras análises para credibilizar o resultado, mas não precisou ou não consegue precisar, não sei, qual é a entidade que ficou com a responsabilidade para fazer a recolha das amostras e solicitar a análise.

No entanto, exhibe o resultado dessas análises. Qual é a credibilidade? A quem será imputada a responsabilidade dessas recolhas? É daí que eu tinha dito anteriormente que tinha mais uma questão. Se no entanto vier a aprovar a perigosidade desse arroz tendo em conta o consumo, a quem será imputado a responsabilidade? Os comerciantes adquiriram esse arroz, vão ficar no prejuízo? Quem é que vai pagar essa dívida ao Estado? É do povo. Será que nós teremos a repetição de casos? É só esse pedido de esclarecimento.

*Murmúrios e protestos de ADI.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, acho que quem esclarece aqui é o Sr. Ministro. Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é que eu gostaria, de vez em quando tentássemos lidar conhecendo algumas leis, alguns regulamentos do próprio país. Porque quando há um concurso público quem ganha, as pessoas que perderam nesse concurso devem reclamar e nesse caso deve reclamar ao ministro, a comissão reclama ao director, director reclama ao ministro e assim sucessivamente. Quando não há essa reclamação, pronto a coisa segue.

**Vozes do ADI:** — Mas houve reclamação! O Sr. Deputado não está informado.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Não! Eu estou a dizer se seguiu todos os parâmetros até ao nível. Era só isso.

O Sr. **Presidente:** — Vou pedir ao Sr. Ministro que fizesse a síntese final para terminarmos a nossa reunião se faça favor.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Comercio Industria e Turismo.

O Sr. **Ministro de Comércio, Industria e Turismo:** — Sr. Presidente, em síntese o processo de aquisição do abastecimento do arroz ao mercado foi um processo que correu dentro das normas legais. Houve uma solicitação, laçou-se um concurso público e uma firma venceu e contratou-se a firma, infelizmente não se tinha o dinheiro a disposição para que a firma procedesse a aquisição e houve um cumprimento de ambas as partes, o Estado e a firma no que toca ao cumprimento.

Estávamos perante rotura de stock do produto no mercado e o Estado deu diligências para que a firma trouxesse 900 toneladas de arroz para abastecimento do mercado e ele chegou. As autoridades do País autorizaram a sua entrada e procedeu-se a venda até que CIAT trouxe a polémica dum relatório inconclusivo que é preciso dizer cá isso.

Não é descredibilizar a instituição como foi dito aqui por um Deputado. O relatório de CIAT é inconclusivo, não diz nem que sim, nem que não. E nele deixou no ar e recorreu-se aos outros laboratórios que fizeram análises e enviaram-nas para as instituições para dar um parecer sobre o processo que está a esse nível esperando para se depois tomar uma decisão.

O Sr. **Presidente:** — Bom! Srs. Deputados, acabamos de ouvir o Sr. Ministro de Comércio e gostaria de sugerir que fizéssemos um intervalo de 5 minutos e acho que é bom.

Enquanto o Sr. Ministro se ausente para que nós chamássemos o importador para vir aqui de modo a prestar o esclarecimento. Portanto, Sr. Ministro, muito obrigado pela sua presença e desejamos um bom dia. Para o efeito gostaria de dar um intervalo de 5 minutos Srs. Deputados. Muito obrigado a todos.

*Foi encerrada a reunião quando eram 11 horas e 40 minutos.*